

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT - Junho de 2024 - N° 861

BANCÁRIOS APROVAM MINUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CAMPANHA NACIONAL 2024



Bancário(a)s de todo o Brasil, aprovaram, em assembleias, a minuta de reivindicações que servirá de base à Campanha Nacional de 2024, para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria. O documento será, oficialmente, entregue pelo Comando Nacional dos Bancários à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), para que seja definido o calendário de negociações.

No mesmo dia da entrega da minuta à Fenaban, os representantes da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) e da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa também entregarão, aos respectivos bancos públicos, as minutas de reivindicações para a renovação dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) específicos.

As propostas da minuta foram o resultado de uma série de discussões feitas em conferências estaduais e regionais, em todo o país, e também com base na Consulta Nacional da categoria

que, neste ano, contou com a participação de 46.824 respondentes, sendo que, desse total, 28% não associados aos sindicatos da categoria. O documento também foi aprovado durante a 26ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro.

“Mais uma vez, a unidade é fundamental, para mantermos as cláusulas conquistadas e avançar em novos direitos, lembrando que, ao longo dos anos, a nossa categoria já demonstrou capacidade de organização de luta e, acreditamos que, em 2024 não será diferente”, completou Juvandia Moreira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), que também é coordenadora do Comando Nacional dos Bancários.

Entre os principais pontos, estão aumento real (inflação + 5%), PLR maior, aumento maior nos vales e ampliação de direitos. Bancário(a)s querem jornada de 4 dias semanais, fim do assédio e de instrumentos adoecedores nas cobranças de metas, assim como a manutenção dos empregos.

“Queremos discutir com os bancos todos os pontos de nossa pauta e as demandas da categoria em relação a remuneração, emprego, saúde, igualdade de oportunidades e inclusão. Estaremos na mesa representando milhares de trabalhadores e sabemos de nossa responsabilidade. Contamos com a mobilização de todas e todos para pressionarmos a Fenaban por avanços significativos para a vida das bancárias e dos bancários”, afirmou Edmilson Trevizan, presidente do Sindicato.

TRABALHADORES ENTREGAM MINUTA DE REIVINDICAÇÕES AO SANTANDER

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander, responsável pelas negociações do acordo específico com o banco, entregou, na segunda-feira (10), a minuta de reivindicações. A pauta foi aprovada durante o Encontro Nacional dos Funcionários do Santander, que ocorreu no último dia 6, na capital paulista.

O encontro é o primeiro passo para o início das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico dos trabalhadores do banco – aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria bancária.

“Estivemos, na sede do banco Santander, em São Paulo, com a vice-presidente de RH, Germanuela de Almeida de Abreu, para entregar a minuta de reivindicações. O documento também foi recebido pela superintendência de RH Sindicais do banco, representada por Marcelo Couto”, ressaltou a coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE/Santander), Wanessa Queiroz. “Nós iniciamos esta reunião com um pedido de calendário, para estabelecer as negociações a partir do próximo período”, pontuou.

A representante dos trabalhadore(a)s do Santander, na mesa de negociação com o banco, ressaltou que a minuta é composta por três blocos: “o primeiro são das cláusulas vigentes do acordo atual, que tem duração até 31 de agosto de 2024; o segundo bloco são das cláusulas oriundas dos funcionários e funcionárias do banco Banespa; e o terceiro são de cláusulas novas, construídas para encaminharmos as discussões e também as negociações para a renovação da minuta deste ano”, completou Wanessa.

Pré-acordo para manter garantias

Junto com a minuta, os trabalhadores entregaram ao banco um pré-acordo de garantias, assinado por todas as federações sindicais que compõem a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), e inclui Feeb-SP/MT e a Afubesp. “Na reunião, nós enfatizamos a importância deste termo, para garantir a manutenção de todos os direitos e conquistas do acordo vigente, tanto nas cláusulas sociais e econômicas quanto nas sindicais, até que possamos assinar um novo acordo”, observou Wanessa.

PPRS

“Os representantes do banco destacaram que a empresa tem a expectativa de realizar uma alteração no acordo vigente, no que diz respeito ao pagamento da PPRS, para que possa ser compensada da PLR, como é praticado por algumas outras instituições. Nós enfatizamos a importância da manutenção dessa conquista aos trabalhadores que construíram e constroem os resultados do banco. Além disso, o banco Santander tem inú-

meros incentivos fiscais no pagamento dos seus tributos. Portanto, parte desse valor deveria ser revertido com a distribuição linear para todos os seus trabalhadores no Brasil”, completou a representante da COE.

Isenções

Wanessa destacou ainda que os trabalhadores irão priorizar, nesta campanha, a cobrança ao banco para que isente totalmente as tarifas cobradas dos empregados. “O Santander é o único banco do país que cobra tarifa de seus funcionários. E deveria, também, assim como os demais, isentar as tarifas e reduzir juros cobrados dos funcionários”.

Redução de jornada, PcDs e neurodivergentes

Os trabalhadores também pedem, na minuta, a redução de jornada para quatro dias. “Essa redução já está sendo implementada em diversas empresas da Europa”, salientou a coordenadora da COE.

O documento possui ainda medidas de inclusão de direitos aos pais e funcionários com deficiências (PcDs) e neurodivergentes. “Há uma demanda muito grande, atualmente, no banco sobre esses temas. Houve um aumento de 300% de solicitações de ajudas sociais para custear a co-participação que é cobrada pelos planos de saúde e isso tem impacto no orçamento dos funcionários, porque há uma necessidade contínua em terapias para a manutenção de tratamentos a esses grupos”, explicou Wanessa.

Termos de compromisso: Cabesp e Banesprev

Anexa à minuta, existem dois termos de compromisso, um da Cabesp e outro do Banesprev. “Estamos falando de importantes direitos garantidos e negociados pelo movimento sindical, desde a privatização do Banespa. É fundamental que o banco continue com as suas responsabilidades econômica e social para com todos os funcionários, da ativa e os aposentados. É fundamental o banco avançar para uma negociação construtiva e que valorize todos os empregados no Brasil, na questão da previdência bem como nos planos de saúde”, ressaltou Wanessa.

Mobilização de todas e todos é fundamental

“O que recebemos do banco, a partir da fala da Germanuela, é que façamos uma negociação construtiva, que possamos nos ouvir e ter respeito durante todo o processo”, avaliou Wanessa. “Do nosso lado, é importante a participação e mobilização de todos e todas, para que consigamos avançar nas negociações. É dessa forma, com a mobilização e unidade do movimento sindical e os funcionários, que iremos conseguir uma negociação forte e muito representativa, nacionalmente, para que a gente possa atuar na manutenção de direitos e avançar em cláusulas novas”, concluiu.

CAIXA E FUNCEF PRECISAM FORNECER DADOS AOS PARTICIPANTES

Ausência de dados inviabiliza participação da representação das empregadas e empregados em reunião

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) enviou um ofício à Fundação dos Economistas Federais (Funcef) negando o convite para participar de uma reunião, na sexta-feira (14), na qual seria apresentada a proposta elaborada pela fundação e pela Caixa Econômica Federal para o equacionamento dos déficits do plano de pensão REG/Replan a Funcef, com retirada de direitos dos participantes.

No ofício a Contraf-CUT afirma que gostaria muito de participar da reunião, mas ressalta que “não teríamos nada a discutir sobre o tema, uma vez que a Funcef não nos encaminhou as informações e documentos solicitados, que nos permitiriam analisar a proposta. Por isso, recusamos o convite e acreditamos que não deva haver qualquer reunião enquanto os documentos e informações solicitados não forem colocados à disposição das entidades de representação sindical e associativas dos empregados e participantes dos planos de pensão da Funcef, que são os donos do patrimônio da fundação.”

“Estamos fazendo todos os esforços pra resolver isso, porque as pessoas estão com emergências, estão sem dinheiro, estão sofrendo com o equacionamento. E o que a gente quer é que a proposta seja elaborada em conjunto com os trabalhadores, com negociação”, disse diretor da Contraf-CUT e coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Rafael de Castro. “E para ter condições de negociar e apresentar uma proposta que solucione o problema se que seja preciso retirar direitos dos participantes, a gente precisa ter acesso aos dados, aos estudos, porque sem os números a gente não tem como elaborar uma proposta”, completou.

Rafael ressaltou, porém que parte do déficit poderia ser resolvido se a Funcef cobrasse da Caixa o contencioso. “A Caixa tem que pagar o contencioso não jogar esses valores para que a Funcef pague,

gerando déficits que são pagos pelos participantes do fundo”, explicou. “Os empregados não devem ser onerados por isso! É a Caixa, e não os participantes que devem assumir esses pagamentos, gerados por erros da Caixa”, completou.

No ofício a Contraf-CUT ressalta “o interesse em participar do processo de construção de uma nova proposta, que não implique em perda de direitos dos participantes” e lembra que esta posição é uma deliberação do 39º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), ocorrido entre os dias 4 e 6 de junho, em São Paulo. “Tal deliberação foi expressa em ‘carta aberta’ enviada à Funcef e à Caixa Econômica Federal”, continua o texto.

A Contraf-CUT diz também, em seu ofício que exige “que qualquer proposta de redução do equacionamento seja discutida de forma transparente, com a participação efetiva das entidades de representação sindical e associativas dos empregados e participantes dos planos de pensão da Funcef, que são os donos do patrimônio e, levando em conta as boas práticas de governança corporativa e accountability, têm o direito de acesso a todas as informações e documentos referentes aos fundos, garantindo-se, desta forma, o princípio da transparência das informações.”



MANTENHA-SE INFORMADO
www.bancariosprudente.org.br

SUPREMO DECIDE QUE FGTS DEVE GARANTIR CORREÇÃO PELO IPCA

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira (12) que as contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não podem ser corrigidas somente pela Taxa Referencial (TR), taxa com valor próximo de zero. Com a decisão, as contas deverão garantir correção real conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal indicador da inflação no país.

A nova forma de correção vale para novos depósitos a partir da decisão do Supremo e não será aplicada a valores retroativos. Após o julgamento, a assessoria de imprensa do STF esclareceu que a nova correção deverá ser aplicada ao saldo atual das contas a partir da publicação da ata de julgamento, que deve ocorrer nos próximos dias.

Pela deliberação dos ministros, fica mantido o atual cálculo que determina a correção com juros de 3% ao ano, o acréscimo de distribuição de lucros do fundo, além da correção pela TR. A soma deve garantir a correção pelo IPCA.

Contudo, se o cálculo atual não alcançar o IPCA, caberá ao Conselho Curador do FGTS estabelecer a forma de compensação. O índice acu-

mulado nos últimos 12 meses é de 3,90%.

A proposta de cálculo foi sugerida ao STF pela Advocacia-Geral da União (AGU), órgão que representa o governo federal, após conciliação com centrais sindicais durante a tramitação do processo.

Entenda

O caso começou a ser julgado pelo Supremo a partir de uma ação protocolada em 2014 pelo partido Solidariedade. A legenda sustenta que a correção pela TR, com rendimento próximo de zero, por ano, não remunera adequadamente os correntistas, perdendo para a inflação real.

Criado em 1966 para substituir a garantia de estabilidade no emprego, o fundo funciona como uma poupança compulsória e proteção financeira contra o desemprego. No caso de dispensa sem justa causa, o empregado recebe o saldo do FGTS, mais multa de 40% sobre o montante.

Após a entrada da ação no STF, leis começaram a vigorar, e as contas passaram a ser corrigidas com juros de 3% ao ano, o acréscimo de distribuição de lucros do fundo, além da correção pela TR. No entanto, a correção continuou abaixo da inflação.

MERCANTIL DO BRASIL

COE COMEÇA A NEGOCIAR PLR 2024 COM O MERCANTIL

Os representantes dos trabalhadores do Banco Mercantil do Brasil se reuniram com a direção do banco, na quarta-feira (12), para negociar o Programa Próprio de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2024. A primeira proposta entregue pelo banco foi rejeitada e, agora, a representação dos trabalhadores aguarda uma nova versão do documento com melhorias.

Na reunião, os representantes dos trabalhadores questionaram o banco em relação ao aumento da meta para o lucro, que cresceu 233% em comparação à proposta de 2023. Este ano, o Mercantil propôs meta de R\$ 700 milhões, valor considerado elevado, mesmo diante dos recentes resultados apresentados pela instituição. Além disso, indagaram o banco sobre a pressão por metas para a redução de despesas.

"É essencial que o Mercantil respeite a Cláusula 87 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que garante a participação da Comissão de Organização dos Empregados nos assuntos relacionados às metas, bem como nas formas de seu acompanhamento e cobrança", lembrou Vanderci Antônio, Coordenador Nacional da Comissão de Organização dos Empregados do Banco Mercantil (COEBMB).

Para Marco Aurélio Alves, dirigente sindical, "a proposta feita pelo Mercantil traz metas muito elevadas, o que pode contribuir para o desenvolvimento de um ambiente de trabalho cada vez mais estressante, com cobranças excessivas e possível adoecimento dos bancários. A nossa categoria já é uma das que mais adoecem, com quadros recorrentes de burnout e ansiedade, por isso, metas exorbitantes se tornam preocupantes", ressaltou.